

PRÉ-PAUTA DE REIVINDICAÇÕES INDICATIVA APROVADA NO VII ENCONTRO ESTADUAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO

DIREITOS

1) Redução da jornada de trabalho para 06 (seis) horas, no limite de 30 (trinta) horas semanais, com 02 (dois) turnos de trabalho, sem redução dos salários e/ou vencimentos e com isonomia entre os servidores do quadro atual.

2) Cronograma para a realização de concursos públicos em regime de urgência, para o preenchimento, com a máxima brevidade possível, de todos os cargos vagos, hoje estimados em mais de 18 mil. Imediata contratação de todos os aprovados nos concursos públicos do TJSP.

3) Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça das comissões de Prédios, de Fóruns, de Comarcas, ou outras formas de organização dos trabalhadores no local de trabalho, com a liberação dos membros eleitos para a realização das reuniões e atividades, sem descontos nos vencimentos.

4) Participação efetiva dos representantes dos trabalhadores na elaboração do orçamento anual e no acompanhamento da execução do orçamento, dando o cumprimento devido às recomendações do CNJ para a matéria.

5) Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Realização de campanhas contra o assédio moral, com possibilidade de divulgação e conscientização nos cartórios pelos representantes dos trabalhadores. Manutenção do instituto da remoção. Fim imediato do remanejamento involuntário de servidores. Valorização do Instituto da Remoção como forma de combater o assédio moral, com critérios⁶) Licença paternidade de 30 dias.

6) Licença paternidade de 30 dias.

7) Licença maternidade e paternidade para todos servidores e adotantes. O Tribunal concederá licença remunerada de 180 dias às trabalhadoras e trabalhadores que se tornarem mães e pais adotantes, a partir da data da decisão judicial confirmatória dessa situação nos termos da lei.

8) Extinção das terceirizações e privatizações no Tribunal de Justiça, a) Realização de concurso público para o provimento dos cargos já existentes, ao final dos contratos de terceirização; b) Fim da utilização ilegal de estagiário como mão de obra; c) Extinção das nomeações "ad hoc".

9) Desligamento imediato dos funcionários não concursados ocupantes de cargos em comissão ou confiança, com a substituição por servidores efetivos.

10) Rediscussão dos critérios de aplicação da avaliação de desempenho, com participação dos funcionários inclusive com adoção de avaliação das chefias pelos subordinados. Que se leve em conta na progressão da carreira não apenas as avaliações desempenho, mas também o critério de antiguidade.

11) Fim da livre nomeação para os cargos de chefia, com preenchimento das vagas de acordo com a Lei Complementar 1111/10, artigo 29.

12) Aplicação imediata pelo Tribunal de Justiça, em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se desnecessárias ações judiciais.

13) Regulamentação do uso do banco de horas:

I) Horas extras: pagamento das horas extras, a partir desta pauta, em pecúnia com acréscimos legais (50% na continuidade da jornada normal e 100% aos sábados, domingos, feriados e adicional noturno).

II) Horas credoras: a) Banco de horas credoras existente: a critério do funcionário, pagamento em pecúnia ou uso do saldo como horas credoras; b) Pagamento imediato do saldo do banco de horas nos casos de aposentadoria e exoneração, bem como pensionista nos casos de falecimento. c) Pagamento do auxílio alimentação proporcional à jornada diária de trabalho, quando o servidor usufruir do seu saldo de horas.

14) Pagamento de hora-extra ou saldo de horas credoras, na forma do item anterior, quando ocorrer excesso de jornada para realização de serviços, cursos ou treinamentos, de interesse do Tribunal. Pagamento do valor das diárias devidas, em até cinco dias, quando a realização destas atividades ocasionar deslocamento para comarca diferente daquela de lotação do servidor.

15) Flexibilização do horário de estudante, de forma a possibilitar liberação do servidor por período de 5 horas, uma vez por semana, inclusive em período vespertino, para que possa frequentar curso de pós graduação e aperfeiçoamento. Flexibilização de horário para pais com filhos com deficiência e para todos os servidores que tiverem pessoas enfermas sob seus cuidados.

16) Pagamento de adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade para cargos, funções e atividades que impliquem em risco à saúde e segurança do servidor.

Saúde e Condições de Trabalho

17) Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas questões de Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das CIPA's, sendo que os representantes dos trabalhadores devem ser eleitos ou indicados em assembleias regionais ou por prédio:

a) Criação de comissão paritária para acompanhar procedimentos administrativos instaurados contra servidores.

18) Liberação do ponto para atendimento médico.

19) Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação para descanso e prática de ginástica laboral. Campanha de conscientização para servidores e gestores sobre a importância da prevenção.

20) Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossociais nas unidades de trabalho ou locais próximos para atendimento de servidores, aposentados e pensionistas.

21) Melhores condições de trabalho. Fornecimento, pelo Tribunal, de instalações, instrumentos, equipamentos e materiais necessários ao desempenho das funções e ao atendimento das necessidades dos funcionários, inclusive a instalação de banheiros adequados, climatização das unidades e fornecimento de água potável. Melhorias nas condições de segurança geral dos prédios.

22) Licenças médicas: a) publicação imediata no DJE das licenças médicas concedidas. Fim da recusa de atestados e laudos médicos apresentados pelo servidor, pelos peritos do Tribunal. b) necessidade de perícia médica somente a partir do 16º dia de afastamento, conforme Regime Geral da Previdência (INSS); c) Que faltas e licenças médicas deixem de ser consideradas para exclusão ao acesso à licença-prêmio e quinquênios.

SALÁRIOS

23) Reposição das perdas salariais, calculadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o período de março/2002 a fevereiro/2016; Pagamento imediato da reposição de 4,77%, com juros e correção, não aplicados sobre os vencimentos de março a novembro de 2010, 1,5% com juros e correção de março a agosto de 2011 e 1,18% de março a outubro de 2015.

24) Aumento real dos vencimentos, remuneração e salários.

25) Reajuste nos valores dos auxílios: a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia, tendo por base o valor da tarifa da Capital Paulista; b) Auxílio saúde no valor de R\$ 500,00 para o titular e 50% por dependente; c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC anual e que sua concessão seja extensiva às crianças/adolescentes até a conclusão do Ensino Médio; d) Auxílio alimentação de R\$ 40,00, corrigido pelo INPC na data-base.

26) Pagamento imediato do saldo dos créditos funcionais dos servidores, tais como FAM (com cronograma de pagamento), férias, licença-prêmio e todos os outros direitos funcionais. Pagamento de direitos ou benefícios na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão sem parcelamento.

27) Incorporação aos salários dos servidores ativos, aposentados e pensionistas de todos os valores recebidos como auxílio alimentação e auxílio transporte.

28) Instituição de piso salarial para o quadro funcional do TJSP, baseado no valor do salário mínimo (para uma família de quatro pessoas) calculado e divulgado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

QUESTÕES ESPECÍFICAS

29) Criação/equiparação dos cargos de escrivão 1 e 2 nas unidades da Administração geral das comarcas de entrância inicial e intermediária.

30) Inclusão na Escola de Servidores de programas de supervisão e capacitação aos servidores com participação dos representantes eleitos na elaboração.

31) Comissões paritárias com representantes do Tribunal e representantes dos trabalhadores, eleitos em assembleia, ou indicados pelos funcionários, para solução de problemas relativos aos diversos segmentos existentes no Tribunal, entre outros: a) Oficiais de Justiça; b) Agentes; c) Assistentes Sociais e Psicólogos; d) Escreventes; e) Contadores.

32) Que o TJ estabeleça critérios de consulta e discussão com os servidores, antes da adoção de projetos ou novas metodologias que impliquem em mudanças na organização do trabalho;

33) Fim do "cartório"- cartório destinado ao atendimento de 3, 4 ou mais Varas. Fim da criação de novas Varas sem que a estrutura necessária ao pleno funcionamento esteja providenciada: funcionários suficientes designados e lotados exclusivamente, espaço e equipamentos adequados, etc.

34) Equiparação salarial dos Assistentes Sociais e Psicólogos - através de Gratificação Judiciária - com os peritos da área de saúde do pessoal do TJSP, como médicos e enfermeiros.

35) Criação de PLC que contemple o nível universitário para o cargo de Escrevente Técnico Judiciário.

36) Criação da gratificação aos Escreventes Chefes que exercem cargos de Oficial Maior e pela substituição do supervisor/coordenador.

37) Instituição de gratificação específica para Escrevente Técnico Judiciário em razão da atividade.

38) Oficiais de Justiça: a) envio de PLC à Assembleia Legislativa de isenção de ICMS na aquisição de veículos, bem como redução de IPVA; b) Instituição de Regime Especial de Trabalho e Aposentadoria Especial. c) Apoio do TJSP para redução de IPI na aquisição de veículos; d) Cumprimento do Provimento 1190/06-CSM que isenta os OJ(s) no cumprimento de mandado de prisão; e) Aportes financeiros para a implementação da LC 1273/15 (NU para OJ(s) na proposta orçamentária do TJSP para 2017; f) Apoio do TJSP para exclusão dos veículos dos OJ(s) do rodízio municipal; g) Isenção da obrigatoriedade da Zona Azul e outras formas de cobranças municipais, por ocasião do cumprimento de mandados; h) Intermediação do TJSP junto as Fazendas Públicas para manter em dia o pagamento do ressarcimento das despesas nas diligências; i) retirada da menção nos mandados que o OJ não pode receber numerário para cumprimento dos mandados; j) estacionamento para os OJ(s) nos Fóruns; k) Reformulação das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

39) Equiparação da gratificação de Assistentes Judiciários de 1º Grau ao de Assistente Jurídico.

40) Revisão da gratificação concedida aos contadores e partidores, no valor de R\$ 25,00, uma vez que com a implantação do plano de cargos e salários, foi extinta e incorporada ao salário.

41) Instituição de políticas que viabilizem nomeação de Agentes Administrativos Judiciários para cargos de chefia e supervisão nas Comarcas do Interior do Estado de São Paulo a exemplo da Capital.

42) Alteração da Lei do Fundo Especial de Despesas para que possa ser destinado na recomposição das perdas salariais.

43) Envio de PLC à Assembleia Legislativa pelo não desconto de auxílios em razão de férias e faltas médicas consideradas como dias de efetivo exercício.

44) Transformação dos atuais cargos de Agentes Operacionais, de Serviço e Fiscalização em Escreventes, a exemplo do que ocorreu com os Agentes Administrativos.

45) Ações concretas junto a Assembleia Legislativa, visando a aprovação: a) PLC 30/13 (dispõe sobre os vencimentos dos servidores) b) PLC nº 42/13 - considerar licença saúde e falta médica como de efetivo exercício; e) PL nº 335/12 - que proíbe a guarda e armazenamento de armas e munições nos prédios dos fóruns; f) PL 345/12 - que autoriza o Poder Executivo a criar depósitos públicos para guarda de armas e objetos apreendidos e vinculados a processos judiciais; g) PL 740/11 - que permite a inclusão de agregados junto ao Iamspe, a qualquer tempo h) Elaboração de uma nova lei que revogue a Lei 15.804/15 e que crie o cargo de Conciliador/Mediador Judiciário, a ser preenchido por servidores do quadro do TJ.

46) Não obrigatoriedade de participação de Assistentes Sociais e Psicólogos em trabalhos ou metodologias que não sejam sua atribuição profissional, que firam sua ética profissional ou que sejam contrárias às deliberações de seus conselhos de classe.

47) Criação da gratificação externa aos Agentes de Segurança.



O PROCESSO

Boletim Informativo da Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Edição Extra - MARÇO 2016

VII ENCONTRO ESTADUAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO: O PRIMEIRO PASSO DA CAMPANHA SALARIAL 2016

BANDEIRAS DE LUTA - EIXOS DA CAMPANHA SALARIAL - CALENDÁRIO

PRÉ-PAUTA DE REIVINDICAÇÕES INDICATIVA APROVADA NO ENCONTRO ESTADUAL



ASSEMBLEIA ESTADUAL



A partir das 13 horas - Pça. João Mendes (SP)



Trabalhadores em unidade podem conquistar mais!

VII ENCONTRO ESTADUAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO: O PRIMEIRO PASSO DA CAMPANHA SALARIAL 2016

Em 20 de fevereiro trabalhadores do Judiciário Estadual, ativos e aposentados, estiveram reunidos na Assojubs Santos para dar início à Campanha Salarial 2016. O primeiro passo para o fortalecimento dessa luta aconteceu com o VII Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo, promovido na sede santista da associação. O evento teve início com explanações acerca das conjunturas econômica, política e sindical vividas no cotidiano e foi encerrado com a pré-pauta de reivindicações da categoria, a ser apresentada na Assembleia Estadual, com data marcada para 11 de março, a partir das 13 horas, na Praça João Mendes, região central da Capital.



Das discussões propostas, apenas a palestra sobre o Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não foi realizada devido a problemas de saúde no ambiente familiar do orador José Carlos Barbosa, contador do Órgão e diretor da Aecoesp (Associação dos Escreventes Técnicos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

Pela manhã, Carlos Giannazi, deputado estadual (PSOL) e Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), formaram a mesa de abertura juntamente com Michel Iorio Gonçalves, presidente da Assojubs, Claudia Damião, representando o Sintrajus (Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira do Estado de São Paulo), Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) e Marcos Leite Penteadado, tesoureiro da Apatej (Associação Paulista dos Técnicos Judiciários).

Na pausa entre as exposições, houve a apresentação do Coral Assojubs, regido por Mario Sergio Soares, oficial de Justiça. As músicas escolhidas pelo grupo foram "Roda Viva" e "Apesar de Você".

Na sequência, ainda no período matutino, Adilson Rodrigues dos Santos, coordenador geral da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União), Ana Luiza de Figueiredo Gomes, diretora de base do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), Michel Iorio e Regina Assis, presidente e secretária geral da Assojubs, e Alexandre dos Santos, diretor jurídico do Sintrajus, compuseram a segunda mesa de trabalho do VII Encontro Estadual.

Na parte da tarde, com Catarina Lutfi Morgado, diretora de Organização Política e Sindical da Assojubs, Paulo Serafim, diretor regional da Assojubs no Fórum Hely Lopes Meirelles, Silvana Medalla, diretora de base do Sindjesp RMSp, e Thiago Clemente, do Sindjesp Caieiras e São Paulo, a pré-pauta reivindicatória foi aprovada, bem como as bandeiras, o calendário de lutas e os eixos da Campanha Salarial. Houve também a dissertação de Guilherme Nascimento, do Capesp (Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo), acerca da atividade desenvolvida pela Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).

Carlos Giannazi: "2016 vai ser um ano de retirada de direitos e os trabalhadores devem estar organizados para fazer frente às medidas impostas pelo Governo"



Apoio incansável na Assembleia Legislativa do Estado e São Paulo (Alesp) no que diz respeito ao combate contra as medidas abusivas impostas ao funcionalismo público, o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) foi o primeiro a se manifestar com o tema "Conjuntura Política". Presente nas mais importantes lutas dos trabalhadores e conquistas da categoria, o parlamentar falou sobre como o Governo vem se comportando e o que esperar para 2016, que promete ser de "retirada de direitos".

Segundo Giannazi, a perspectiva não é boa, pois com o argumento da crise econômica e a baixa arrecadação, o Governo tende a efetuar um ajuste fiscal para "equalizar" as contas, o que já vem ocorrendo desde o ano passado com o não pagamento da reposição salarial do funcionalismo, propositura de decretos que afetam os servidores e os cortes de verbas na educação, com o fechamento de inúmeras salas de aula, saúde, cultura e a suspensão de obras públicas, como a ampliação das linhas do metrô.

O estopim dessas medidas contra o funcionalismo veio com o Decreto nº 61.132/15, proposto pelo governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), "que dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, na forma que especifica".

Tal Decreto versa acerca da suspensão em 2015 da "possibilidade de ajuste de percentual, valor, índice ou quantidade, que altere o valor de vantagens pecuniárias de qualquer natureza e resulte em aumento de despesas com pessoal e encargos sociais, exceto daquelas decorrentes de vantagens por tempo de serviço ou evolução funcional" (art. 2º).

Ainda em 2015, a educação sofreu uma baixa com o fechamento de salas de aula, o que resultou no movimento estudantil de ocupação das escolas para barrar a deliberação do Governo. Sob o argumento de reorganização no ensino, o Executivo disfarça seu real objetivo: economizar. Na contenção de gastos também se aplica a não convocação dos professores aprovados no último concurso (2010).

"O ano vai ser de tentativas de retiradas de direitos. E devemos estar atentos e organizados para fazer frente a isso", ressaltou o deputado. Portanto, os servidores precisam estar dispostos para a mobilização contra as intenções e planos, vulgo "pacote de maldades", que possam surgir no decorrer do período, obviamente prejudiciais aos trabalhadores e seus direitos obtidos por meio das suas vitórias.

Plínio de Arruda Sampaio Júnior: "Temos que levantar bandeiras radicais e falar em socialismo. O Brasil tem que mudar!"



"O que estamos assistindo hoje no Brasil é o impacto da crise de 2008, com o colapso da especulação imobiliária nos Estados Unidos, aquela tida como marolinha", lembrou o professor. E nesses oito anos nada foi feito para amenizar as consequências. Em vez de enfrentar os desafios abertos, o Governo optou pela política de administrar a crise, apostando na hipótese de que os problemas seriam temporários, o que não aconteceu, e hoje se vê enrolado em suas próprias armadilhas e com a capacidade de ação comprometida.

Por conta da organização anterior do Governo não ter mais coerência, a crise obriga à transformação. E essa transformação recai sobre a diminuição dos direitos dos trabalhadores. Para evitar esse corte, a competição entre os trabalhadores é atizada, o que deixa a classe operária fragilizada. Por isso o economista entende que o capital é desumano.

A crise revela o desajuste entre forças produtivas, relações de produção, divisão internacional do trabalho, padrão de intervenção do Estado na economia e padrão de relação capital-trabalho. A crise quer dizer que esse arranjo não funciona mais.

E o antídoto para reverter o quadro, de acordo com o professor é a consciência de classe, bem como a consciência anticapitalista. "Temos que levantar bandeiras radicais e falar em socialismo. O Brasil tem que mudar!". E não basta apenas ter vontade, tem que criar a possibilidade. A luta de classes existe e o acirramento das contradições do capitalismo aprofunda o antagonismo entre burguesia e proletariado. A solução para a crise é política, não há saída econômica nem técnica. "A história está gritando que é preciso colocar algo no lugar do capitalismo. E o caminho para superar é ensinar o povo a lutar e colocar a revolução como perspectiva".

A ocupação dos estudantes nas escolas que seriam fechadas em São Paulo pelo Executivo é usada

como exemplo pelo economista, que, em sua opinião, é uma parte concreta dessa revolução: "Toda vez que se levantam sozinhos contra o Estado, se avança na organização."

Ana Luiza de Figueiredo Gomes e Adilson Rodrigues dos Santos: "É preciso escolher o lado da luta"



Conjuntura Sindical" foi o último painel do VII Encontro Estadual, apresentado por Ana Luiza de Figueiredo Gomes, diretora de base do Sintrajud, e Adilson Rodrigues dos Santos, coordenador geral da Fenajufe, que falaram sobre consciência de classe, organização e construção da luta contra o corporativismo e pelo respeito aos direitos trabalhistas.

Para a diretora de base do Sintrajud, um dos problemas enfrentados pelos servidores é o chamado terceiro poder: a imprensa. O ataque da mídia aos movimentos dos trabalhadores é grande, com dados distorcidos e manipulação de informações, o que leva muitas vezes ao engano até os próprios companheiros de categoria, pois acabam acreditando nas notícias veiculadas.

No entendimento da dirigente, é preciso compor uma grande luta, o que não é nada fácil, e construir uma alternativa política frente ao mar de lama instalado no país.

Para o coordenador da Fenajufe, dado o momento por qual estamos passando "de ataque, de escuridão, de guerra", os trabalhadores devem fazer a si próprios o seguinte questionamento: para onde estamos indo? E, diante disso, escolher o lado da luta. E entender que independente da escolha, seja ao optar pela ação ou pela omissão, isso contará para o resultado, positivo ou não.

Histórica, a batalha pela contrapartida financeira de 2% pelo Governo do Estado ao Iamspe segue por meio da CCM

Algumas bandeiras de luta dos judiciários são históricas. Uma delas é pela contrapartida financeira de 2% pelo Governo do Estado ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual. Guilherme Nascimento, do Capesp, dissertou acerca do trabalho desenvolvido pela Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe, com ações regionais e municipais em busca de melhorias para a rede de atendimento credenciada.

A CCM incansavelmente cobra providências e soluções para as demandas apresentadas pelos servidores, casos apresentados mensalmente nas reuniões com a Superintendência do Iamspe, e batalha por um Conselho de Administração deliberativo, fiscal e paritário com a participação dos servidores na gestão do Instituto.

Hoje o Iamspe se mantém apenas com a verba arrecadada com a contribuição compulsória dos funcionários públicos, uma soma na casa de R\$ 800 milhões, mas que não é suficiente para suprir as necessidades dos usuários.

"Hoje entramos com os R\$ 800 milhões e o Governo entra com o superintendente [Latif Abrão Júnior], que é quem diz como vai ser gasto o dinheiro", destacou Nascimento. Contra esse descaso com os servidores e os desmandos do Governo, haverá o dia 25 de fevereiro, às 11h30, na frente do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), na Capital, um ato em prol do Iamspe. Após, serão realizadas mobilizações nos Ceamas (Centros de Assistência Médico-Ambulatorial).



BANDEIRAS DE LUTA

- Em defesa do Iamspe;
- Pela aprovação das PECs 414/2014, 555/2006 e 526/2010;
- Redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução dos salários;
- Contra a nova forma da Previdência. Nenhum direito a menos para os trabalhadores: a) isonomia de todos os servidores do TJ-SP no mesmo regime de Previdência;
- Em defesa do serviço público;
- Fim dos ataques aos direitos trabalhistas;
- Contra o ajuste fiscal proposto pelo Governo;
- Fim da criminalização dos movimentos sociais.

EIXOS DA CAMPANHA SALARIAL

- 1) Pagamento da reposição salarial das perdas acumuladas desde 2002 (pauta de cinco itens entregue pelas entidades representativas na reunião com o presidente do TJ-SP);
- 2) Defesa do serviço público e valorização do servidor;
- 3) Defesa do direito dos agentes que tiveram os cargos transformados em escreventes (em razão da Adin) e transformação dos agentes operacionais, de serviço e fiscalização em escreventes.

CALENDÁRIO

- 1) Confecção de adesivos, faixas e cartazes (no período de 22/2 a 1/3) para a Campanha Salarial 2016;
- 2) Leitura do Manifesto no dia 1/3/2016 nos atos realizados nos fóruns, dirigidos aos trabalhadores e população;
- 3) Visitas aos prédios e comarcas convocando para a Assembleia Estadual de 11/3 e distribuição dos adesivos da Campanha Salarial 2016 (período de 2 a 10/3);
- 4) 11/3 - Assembleia Estadual e votação da pauta de reivindicações;
- 5) 14 a 18/3 - Entrega da pauta de reivindicações ao presidente do TJ-SP;
- 6) 14/3 a 14/4 - Utilização dos adesivos da Campanha Salarial 2016, com rodízio de atos pelas comarcas a cada semana;
- 7) 15/4 - Data indicativa para a 2ª Assembleia Estadual para deliberações sobre as negociações da Campanha Salarial 2016;
- 8) Proposta indicativa para a Assembleia Estadual de uma camiseta única de todas as entidades.